

020

GESTÃO URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

SESSÕES TEMÁTICAS



POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PERIÓDICOS NACIONAIS DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO ENTRE 2013 E 2017

Jessica Eloísa de Oliveira (UnB)
Jorge Alfredo Cerqueira Streit (UnB)
Diego Mota Vieira (UnB)
Patricia Guarnieri (UnB)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar o perfil das produções científicas nacionais sobre políticas públicas ambientais em periódicos da área de administração classificados pelo Qualis-Periódicos de A1 a B2, no período de 2013 a 2017. Para tal, realizou-se uma pesquisa documental, descritiva, de abordagem quantitativa seguindo os mesmos critérios do estudo de Souza e Ribeiro (2013). Os resultados mostram que a maioria dos autores que publicaram sobre o tema são graduados em administração e doutores na mesma área de formação. A principal temática dos artigos sobre políticas públicas ambientais foi resíduos sólidos. Em relação aos aspectos metodológicos se constatou que normalmente são publicados trabalhos do tipo teórico-empírico, descritivos, qualitativos com recorte transversal. Neste espaço amostral, grande parte foi classificada como estudos de caso que utilizaram múltiplos instrumentos para a coleta de dados e fizeram uso da análise de conteúdo para tratamento analítico. Este artigo contribui ao identificar o perfil das produções sobre o tema, auxiliando pesquisadores e gestores interessados na temática.

Palavras-chave: Políticas públicas ambientais. Sustentabilidade ambiental. Meio ambiente. Administração. Gestão ambiental.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é um tema amplamente debatido por estudiosos, governos e empresas, principalmente após alguns marcos como o Relatório *Brundland*, publicado em 1987 também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, que cunhou a definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável, além da conferência Rio-92, a qual teve como propósito a sensibilização das sociedades e dos chefes de estado sobre o desenvolvimento sustentável, cujo principal resultado foi a produção de alguns documentos oficiais fundamentais, como a Carta da Terra e convenções. O desenvolvimento sustentável, na maioria das vezes, é representado por uma junção entre a dimensão econômica, social e ambiental. Cada dimensão tem uma preocupação: a econômica com a eficiência necessária para que as organizações se mantenham competitivas; a social preocupa-se com os impactos sociais nas comunidades humanas dentro e fora das organizações (desemprego, exclusão social, pobreza, diversidade organizacional, entre outros); e a ambiental importa-se com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes. A junção dessas dimensões gera o desenvolvimento sustentável (BARBIERI et al., 2010). Elkington (1998) definiu o termo *Tripple Bottom Line*, o qual preconiza o equilíbrio entre as três dimensões da sustentabilidade.

Neste estudo foi trabalhada somente a dimensão ambiental da sustentabilidade. Esta dispõe de diversos instrumentos que podem ser utilizados por governos e empresas para garantir o equilíbrio ambiental. No âmbito público, de acordo com o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Para que os governos possam garantir a preservação do meio ambiente, são instituídas as políticas públicas ambientais.

Na administração pública as políticas públicas ambientais são as principais ferramentas do governo para buscar a sustentabilidade ambiental. As políticas públicas ambientais são princípios e diretrizes estabelecidos na forma da lei que “tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida” (BRASIL, 1981). Ao considerar a importância da administração pública para garantir a sustentabilidade ambiental por meio de políticas públicas ambientais, este artigo baseia-se na pesquisa realizada por Souza e Ribeiro (2013) para verificar como os estudiosos da área estão pesquisando o tema.

Souza e Ribeiro (2013) investigaram o perfil das pesquisas sobre sustentabilidade ambiental nos periódicos nacionais de administração de A1 a B2, no período de 1992 a 2011. Os resultados do estudo mostram que há indícios de que o tema está em consolidação no Brasil. Entretanto, uma das categorias analisadas por Souza e Ribeiro (2013) foram as políticas públicas ambientais, que no período tiveram apenas 11 artigos publicados, 2,78% dos estudos encontrados sobre sustentabilidade ambiental. Diante deste cenário, para verificar se houve uma evolução dessa categoria, o seguinte objetivo de pesquisa foi definido: identificar o perfil das produções científicas nacionais sobre políticas públicas ambientais em periódicos da área de administração classificados pelo Qualis- Periódicos de A1 a B2, no período de 2013 a 2017.

Para cumprir o objetivo proposto, foi realizada uma revisão da literatura com procedimentos sistematizados de busca e seleção dos artigos. Este trabalho está dividido em quatro seções. Além desta introdução, na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. A seguir, a seção de resultados, que está dividida em três itens: (1) identificação e demografia das publicações; (2) temática dos artigos; e (3) delineamento metodológico dos estudos. Por fim, são abordadas as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta revisão caracteriza-se como descritiva, com abordagem quantitativa. Nela se realizou uma revisão da literatura, com procedimentos sistematizados de busca e seleção de artigos, tendo como base periódicos nacionais de administração. O recorte foi longitudinal, pois foram consideradas as produções científicas publicadas em periódicos nacionais na área de administração no período de 2013 a 2017. Para selecionar os periódicos nacionais de administração, utilizou-se o sistema Qualis Capes para Periódicos, que classifica “a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos” (CAPES, 2016). Como esta pesquisa utiliza a última classificação disponível do Qualis-Periódicos referente ao quadriênio de 2013-2016, iniciou-se a análise nos periódicos a partir de 2013.

Seguindo os mesmos critérios de Souza e Ribeiro (2013), este estudo selecionou para análise periódicos nacionais classificados pelo Qualis-Periódicos como A1, A2, B1 e B2 na área de avaliação de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo no quadriênio 2013-2016. Nestes estratos há um total de 1677 periódicos nacionais e internacionais classificados, que equivale a 47,08% dos periódicos totais dessa área de avaliação. Dentro desse escopo foram selecionados os periódicos nacionais da área de Administração Pública e de Empresas. Não foram considerados periódicos da área de Ciências Contábeis e Turismo. Vale ressaltar que não existem periódicos nacionais classificados como A1 na área de administração.

Após esta primeira seleção, foram analisados o foco e o escopo disponibilizados no site de cada periódico para verificar se estavam realmente relacionados à área de administração. Periódicos que trabalham somente com áreas afins ou específicas da área de administração não foram selecionados, como por exemplo, marketing, engenharia da produção, psicologia, economia e pesquisa operacional. Ao final dessa etapa restaram 56 periódicos para análise (Tabela 1).

Tabela 1 – Periódicos da área de administração selecionados e número total de artigos publicados no período de 2013 a 2017

Título do Periódico	ISSN	QUALIS	nº
Brazilian Administration Review (Bar)	1807-7692	A2	115
Brazilian Business Review (Bbr)	1808-2386	A2	186
Cadernos Ebape.Br (Fgv)	1679-3951	A2	230
Organizações & Sociedade (O&S)	1413-585X	A2	163
Revista De Administração Contemporânea (Rac)	1415-6555	A2	215
Revista De Administração De Empresas (Rae)	0034-7590	A2	199
Revista De Administração Pública (Rap)	0034-7612	A2	298
Revista De Administração (Rausp)	0080-2107	A2	220
Revista Brasileira De Gestão De Negócios (Rbgn)	1983-0807	A2	168
Administração: Ensino E Pesquisa (Raep)	2177-6083	B1	99
Administração Pública E Gestão Social (Apgs)	2175-5787	B1	112
Base – Revista De Administração E Contabilidade Da Unisinos	1984-8196	B1	120
Contabilidade, Gestão E Governança (Cgg)	1984-3925	B1	122
Contextus – Revista Contemporânea De Economia E Gestão	2178-9258	B1	108
Revista De Administração E Inovação (Rai)	1809-2039	B1	225
Revista De Administração Mackenzie (Ram)	1678-6971	B1	237
Revista Eletrônica De Administração (Read)	1413-2311	B1	157
Revista Eletrônica De Ciência Administrativa (Recadm)	1677-7387	B1	84
Revista De Gestão Usp (Rege)	1809-2276	B1	162
Regepe – Revista De Empreendedorismo E Gestão De Pequenas Empresas	2316-2058	B1	98
Revista De Administração Da Ufsm (Rea)	1983-4659	B1	300
Revista De Ciências Da Administração (Rca/Ufsc)	2175-8077	B1	193
Revista De Gestão Social E Ambiental (Rgsa)	1981-982X	B1	103
Revista De Negócios (Rn)	1980-4431	B1	76
Revista Brasileira De Gestão Urbana (Urbe)	2175-3369	B1	122
Adm.Made	2237-5139	B2	80
Alcance (Univali)	1983-716X	B2	139
Cadernos Gestão Pública E Cidadania (Cgp&C)	2236-5710	B2	83
Desenvolvimento Em Questão	1678-4855	B2	80
Revista Economia E Gestão (E&G)	1984-6606	B2	140
Faces (Face/Fumec)	1984-6975	B2	140
Future Studies Research Journal (Future)	2175-5825	B2	92
Revista De Gestão E Projetos (Gep)	2236-0972	B2	122
Gestão & Planejamento (G&P)	2178-8030	B2	104
Gestão & Regionalidade (G&R)	1808-5792	B2	143
Gestão E Sociedade (Ufmg)	1980-5756	B2	90
Gestão.Org	1679-1827	B2	137
Independent Journal Of Management & Production (Ijm&P)	2236-269X	B2	294
Organizações Em Contexto	1809-1040	B2	147
Organizações Rurais & Agroindustriais (Or&A)	2238-6890	B2	145
Pretexto (Belo Horizonte)	1517-672X	B2	143

Revista De Administracao, Ciencias Contabeis E Sustentabilidade (Reunir)	2237-3667	B2	112
Revista Ciências Administrativas (Rca/Unifor)	2318-0722	B2	119
Revista Da Micro E Pequena Empresa (Faccamp)	1982-2537	B2	68
Revista De Administração Da Unimep	1679-5350	B2	151
Revista De Gestão Ambiental E Sustentabilidade (Geas)	2316-9834	B2	136
Revista De Gestão E Secretariado	2178-9010	B2	78
Revista De Gestão, Finanças E Contabilidade	2238-5320	B2	150
Revista Do Serviço Público (Rsp)	2357-8017	B2	118
Revista Eletrônica De Estratégia E Negócios	1984-3372	B2	150
Revista Gestão & Tecnologia	2177-6522	B2	157
Revista Gestão Organizacional (Rgo)	1983-6635	B2	86
Revista Gestão Universitária Da América Latina	1983-4535	B2	280
Revista Pensamento Contemporâneo Em Administração (Uff)	1982-2596	B2	182
Tecnologias De Administração E Contabilidade	2236-0263	B2	15
Teoria E Prática Em Administração	2238-104X	B2	84

Fonte: Elaborada pelos autores

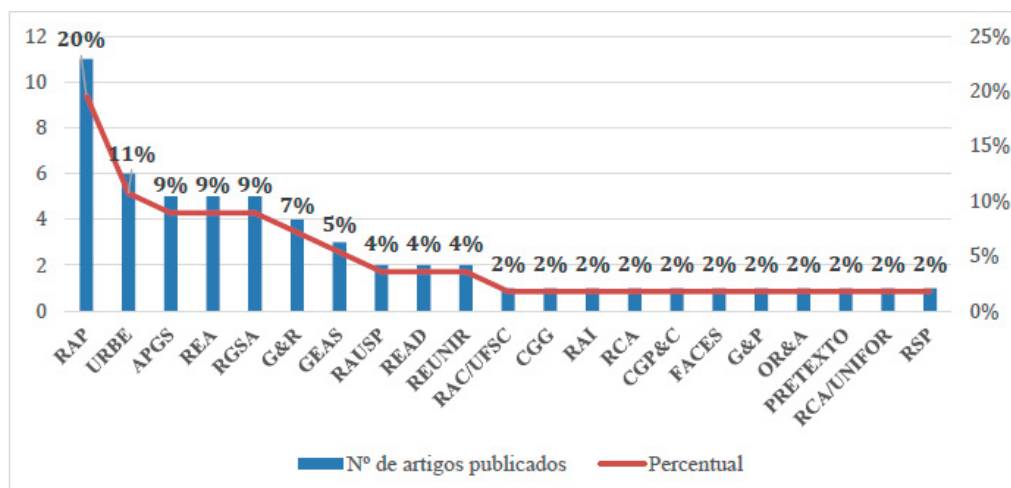
A etapa seguinte consistiu em acessar, por meio do site de cada revista, todos os volumes publicados entre 2013 e 2017 dos 56 periódicos selecionados. Aqueles periódicos que não possuíam uma página online foram acessados por meio da base de dados *Scielo* ou *Spell*. Na sequência foi realizada uma busca censitária por artigos com o tema de políticas públicas ambientais considerando a definição apresentada na introdução deste estudo. Foi realizada a leitura de 8.077 títulos de artigos e quando o objeto de estudo não estava claro no título, o resumo era lido. Não foram selecionados artigos que não tratam da temática ou apenas citam políticas públicas ou legislações ambientais. Ao final, foram encontrados 56 artigos divididos entre 21 periódicos.

Os artigos selecionados foram lidos e tabulados em três dimensões, a saber: (1) identificação e demografia da publicação; (2) temática do artigo; e (3) delineamento metodológico do estudo. Na primeira dimensão foram extraídos dados dos artigos referentes aos autores, como número de autores por artigo, autores que mais publicaram no período, área de formação base (graduação), titulação máxima, área de formação da titulação, filiação institucional e gênero. Quando os dados não estavam disponíveis no artigo, foram consultados os currículos *Lattes* dos autores e/ou as instituições em que eles estavam filiados para complementar as informações. A segunda dimensão buscou identificar a temática dos artigos por meio do tema principal trabalhado e subtemas, base teórica, nível de estudo (nacional, estadual, municipal e empresarial) e palavras-chave. Por fim, a última dimensão tratou dos aspectos metodológicos das pesquisas, conforme concepções de Meneses et al. (2014), com os seguintes itens: tipo, natureza, abordagem, recorte, método, instrumento, origem dos dados, amostragem, técnicas analíticas. Nesta última dimensão, em alguns itens, foi necessário que os autores desta revisão classificassem os aspectos metodológicos que não foram informados nas obras. A análise dos dados tabulados foi feita por meio de estatística descritiva.

RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da análise dos 56 artigos sobre políticas públicas ambientais selecionados nos periódicos nacionais de administração no período de 2013 a 2017. Os artigos selecionados foram publicados em 21 periódicos da área. Sendo que a Revista de Administração Pública (RAP) foi o periódico que apresentou o maior número de artigos publicados sobre políticas públicas ambientais no período, 19,64% do total (Figura 1). O ano de 2015 teve o maior percentual (26,79%) de artigos publicados no período de análise, com 15 publicações. Na sequência estão os anos de 2014 com 13 (23,21%), 2016 com 11 (19,64%), 2017 com 10 (17,86%) e 2013 com 7 (12,50%) publicações.

Figura 1 – Número de artigos publicados sobre políticas públicas ambientais por periódico



Fonte: Elaborada pelos autores

Como mencionado nos procedimentos metodológicos, os artigos foram analisados em três dimensões. Assim, os resultados também são apresentados de acordo com as seguintes dimensões: (1) identificação e demografia da publicação; (2) temática do artigo; e (3) delineamento metodológico do estudo.

IDENTIFICAÇÃO E DEMOGRAFIA DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS NACIONAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

Os artigos analisados foram publicados por um total de 155 autores. A maioria desses artigos foram publicados por dois autores (33,93%) do gênero masculino (51,61%). Sendo que os autores são graduados principalmente na área de administração (30,97%) e são doutores (58,71%) na mesma área de formação (37,43%). Os primeiros autores dos artigos são, em sua maioria, do gênero feminino (51,79%), graduados na área de administração (30,36%) e doutores (51,79%) também na área de administração (37,50%). Percebe-se que os resultados referentes a maioria dos autores e os dados apenas dos primeiros autores são similares.

Tabela 2 – Identificação e demografia das publicações

Número de autores	Nº	%	Titulação máxima	Nº	%
Um autor	5	8,93	Doutorado	91	58,71
Dois autores	19	33,93	Aluno de doutorado	24	15,48
Três autores	17	30,36	Mestrado	29	18,71
Quatro autores	14	25,00	Aluno de mestrado	5	3,23
Cinco	1	1,79	Especialização	0	0,00
Total	56	100	Graduação	4	2,58
			Aluno de graduação	1	0,65
			Não informado	1	0,65
			Total	155	100

Gênero dos autores	Nº	%
Masculino	80	51,61
Feminino	75	48,39
Total	155	100

Áreas de formação (graduação)	Nº	%
Administração	48	30,97
Economia	21	13,55
Ciências Contábeis	17	10,97
Engenharia	14	9,03
Arquitetura e Urbanismo	7	4,52
Direito	7	4,52
Agronomia	5	3,23
Biologia	4	2,58
Ciências Sociais	4	2,58
Comunicação Social	3	1,94
Psicologia	3	1,94
Turismo	3	1,94
Outros	16	10,32
Não informado	3	1,94
Total	155	100

Áreas de formação (titulação máxima)	Nº	%
Administração	58	37,42
Economia	14	9,03
Engenharia	14	9,03
Desenvolvimento Sustentável	13	8,39
Ciências Sociais	10	6,45
Ciências Contábeis	9	5,81
Estudos em Desenvolvimento	6	3,87
Direito	4	2,58
Arquitetura e Urbanismo	3	1,94
Agronomia	3	1,94
Educação	3	1,94
Biologia	2	1,29
Psicologia	2	1,29
Ciência Política	2	1,29
Outros	11	7,10
Não informado	1	0,65
Total	155	100

Fonte: Elaborada pelos autores

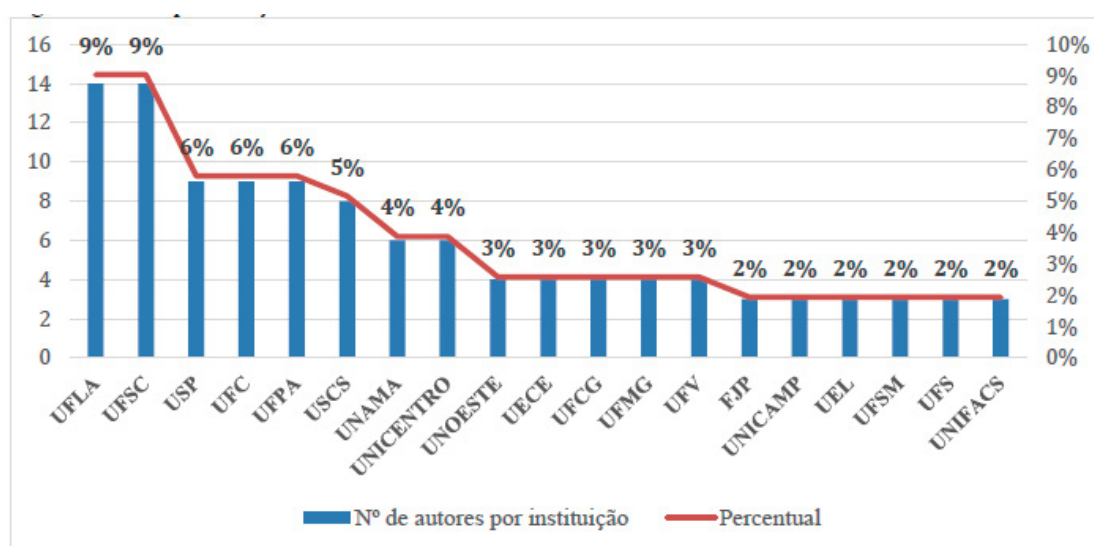
Os artigos com um único autor foram produzidos majoritariamente por mulheres (80%), graduadas em áreas diversas (Arquitetura e Urbanismo, Relações Internacionais, Direito e Gestão e Criação de Empresas). Nesse grupo, todos os autores possuíam doutorado (100%) em áreas distintas (Arquitetura e Urbanismo, Ciência Política, Ciências Jurídicas, Ciências Ambientais e Contabilidade).

No caso de artigos publicados por dois autores, o perfil dos pesquisadores se alterou: maioria do gênero masculino (73,68%), graduados em administração (23,68%) e doutores (73,68%) em administração (31,58%). Em relação às produções com três autores, o seguinte perfil foi predominante: gênero feminino (52,94%), graduação em administração (33,33%), titulação máxima de doutorado (58,82%) e área de formação da titulação máxima em administração (31,37%). Por fim, o perfil dos artigos com quatro autores se apresentou semelhante ao anterior com maioria do gênero feminino (53,57%), graduados em administração (33,93%) e doutores (48,21%) também em administração (44,64%).

Os periódicos classificados no estrato A2 do Qualis-Periódicos publicaram 12 artigos sobre o tema no período (21,43%), a maioria com dois autores (41,67%). Os artigos vinculados a periódicos desse estrato, apresentaram o seguinte perfil: gênero feminino (53,33%), graduação em administração (26,67%), titulação máxima de doutorado (73,33%) e área de formação da titulação máxima também em administração (43,33%). Os periódicos do estrato B1 constituíram metade da amostra de artigos, com um total de 28 publicações (50%). Neste estrato o perfil predominante foi de artigos publicados por três autores (32,14%) do gênero masculino (51,32%), graduados em administração (23,68%) e doutores (60,53%) em administração (30,26%). O último estrato analisado neste estudo (B2) compôs 28,57% da amostra. A maioria dos artigos publicados em periódicos classificados como B2 possuíam quatro autores (37,50%) predominantemente do gênero masculino (55,10%). Quanto à formação, o perfil foi similar aos dos outros estratos – graduação em administração (44,90%) e doutorado (46,94%) em administração (44,90%). Nota-se, por meio dos dados apresentados, que quanto menor o estrato do periódico, maior é o número de autores por artigo e que as revistas que estão em um estrato superior apresentam um percentual maior de autores com doutorado.

Os estudiosos que publicaram artigos nos últimos cinco anos em revistas de administração sobre políticas públicas ambientais são filiados a 54 instituições diferentes. A Universidade Federal de Lavras - UFLA e a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC apresentaram o maior número de autores filiados, cada uma com 9,03% do total de pesquisadores (Figura 2). Na sequência estão a Universidade de São Paulo – USP (5,81%), a Universidade Federal do Ceará – UFC (5,81%), a Universidade Federal do Pará – UFPA (5,81%), Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS (5,16%), Universidade da Amazônia – UNAMA (3,87%) e a Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO (3,87%). Os autores filiados a estas oito universidades são responsáveis por 48,39% dos artigos publicados sobre o tema na área de administração. As 35 instituições que não foram apresentadas na figura 2 possuem apenas um ou dois autores filiados.

Figura 2 – Principais filiações institucionais dos autores



Fonte: Elaborada pelos autores

Dos 155 autores que publicaram sobre o tema, dez produziram mais de um artigo no período (2013-2017). O autor Mário Vasconcellos Sobrinho teve o maior número de artigos publicados sobre políticas públicas ambientais entre 2013 e 2017 (CARDOSO; VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2015; COSTA et al., 2017; ESPADA; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2015;

VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2015). Vasconcellos Sobrinho foi coautor de 7,14% dos artigos analisados. A segunda autora que mais publicou no período foi Raquel da Silva Pereira, sendo coautora de 5,36% dos artigos sobre o tema (GOMES et al., 2014; GUARDABASSIO; PEREIRA, 2015; OLIVEIRA; TRINDADE; PEREIRA, 2015). Os oito demais autores publicaram dois artigos cada. Nota-se que não há muitos autores que publicam frequentemente sobre políticas públicas ambientais na área de administração.

PERFIL TEMÁTICO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS NACIONAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

Esta seção tem por objetivo identificar o perfil temático das pesquisas sobre políticas públicas ambientais que foram publicadas em revistas nacionais de administração nos estratos A2, B1 e B2 do Qualis-Periódicos, conforme recorte de pesquisa, explicado nos procedimentos metodológicos.

Tendo por base a revisão bibliométrica realizada por Souza e Ribeiro (2013) acerca do tema sustentabilidade ambiental e os próprios artigos selecionados para esta pesquisa, foram criadas dez subcategorias temáticas. O intuito principal desta categorização foi agrupar os 56 artigos, de acordo com a semelhança temática entre eles.

Resíduos sólidos foi a temática mais abordada nos artigos sobre políticas públicas ambientais, nos últimos cinco anos (Tabela 3). Este tema esteve presente em 15 artigos, o que reflete 26,79% das publicações. Esse fato pode ser justificado dado o caráter recente da lei 12.305, sancionada em 2010 e ainda, em fase de implementação na maior parte dos municípios brasileiros. Boa parte dos casos analisados nos artigos trata da aplicação da lei no âmbito local, por exemplo, os estudos conduzidos por Domingos e Boeira (2015), Gomes et al. (2014), Oliveira, Trindade e Pereira (2015), e Silva, Alcântara e Pereira (2016).

Tabela 3 – Perfil temático dos artigos

Tema	Nº	%
Resíduos sólidos	15	26,79
Instrumentos econômicos ambientais	10	17,86
Recursos hídricos	6	10,71
Unidades de conservação	5	8,93
Relacionamento com <i>stakeholders</i>	5	8,93
Política pública como dispositivo legal	4	7,14
Outros assuntos	4	7,14
Clima	3	5,36
Uso e ocupação do solo	2	3,57
Indicadores de desempenho socioambiental	2	3,57
Total	56	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores

Em seguida, os instrumentos econômicos ambientais foram a pauta principal em dez dos artigos analisados (17,86%). Os autores que trataram deste tema estavam preocupados com a alocação dos gastos públicos para finalidades ambientais (BORINELLI; GUANDALINI; BACCARO, 2016; DANTAS et al., 2014) compreender como o Estado tem contribuído para o desenvolvimento sustentável a partir do seu poder de compra de bens (OLIVEIRA; SANTOS, 2015) ou contratação de serviços (ALENCASTRO; SILVA; LOPES, 2014). Ainda sobre esta categoria de análise, alguns estudos que avaliaram o impacto de tributos como ICMS Ecológico (MATTEI; MEIRELLES NETO, 2015; MOURA, 2015), entre outras pesquisas de tributação ambiental.

Na sequência, o tema recursos hídricos foi o mais abordado, sendo encontrado em 10,71% dos artigos. A operacionalidade dos Planos Diretores Municipais (PERES; SILVA, 2013) e dos programas de bacias hidrográficas brasileiras foram analisadas (BARBOSA et al., 2016; CERQUEIRA et al., 2016). Ainda sobre os estudos que tratam de recursos hídricos, cabe comentar sobre as diferenças quanto à abrangência do nível de governo. Afinal, aqueles que realizaram suas pesquisas abarcando todo o território nacional, tenderam a realizar pesquisas teóricas, enquanto os que investigaram no âmbito local, faziam estudos de caso normalmente do tipo teórico-empírico (a próxima seção do trabalho será dedicada aos aspectos metodológicos).

Ainda relacionado aos temas mais frequentes nos artigos sobre políticas públicas ambientais, ressalta-se que cinco artigos trataram sobre unidades de conservação e a mesma quantidade, sobre relacionamento com *stakeholders*. Normalmente em pesquisas aplicadas na Região Norte do país (CARDOSO; VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2015; ESPADA;

VASCONCELLOS SOBRINHO, 2015; FREITAS; RIVAS, 2014). Os artigos a respeito das áreas protegidas (Unidades de Conservação) tratavam do manejo comunitário, da governança ambiental entre outros instrumentos de participação e fiscalização na gestão. Intimamente ligado a esse convívio, quase sempre pouco harmonioso, foram classificados os artigos que tratam dos relacionamentos com *stakeholders*. Relevantes por mostrarem casos práticos de ligações entre governo, organizações não governamentais, comunidades rurais, entre outros atores (BORGES; DUTRA; SCHERER, 2014; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2015).

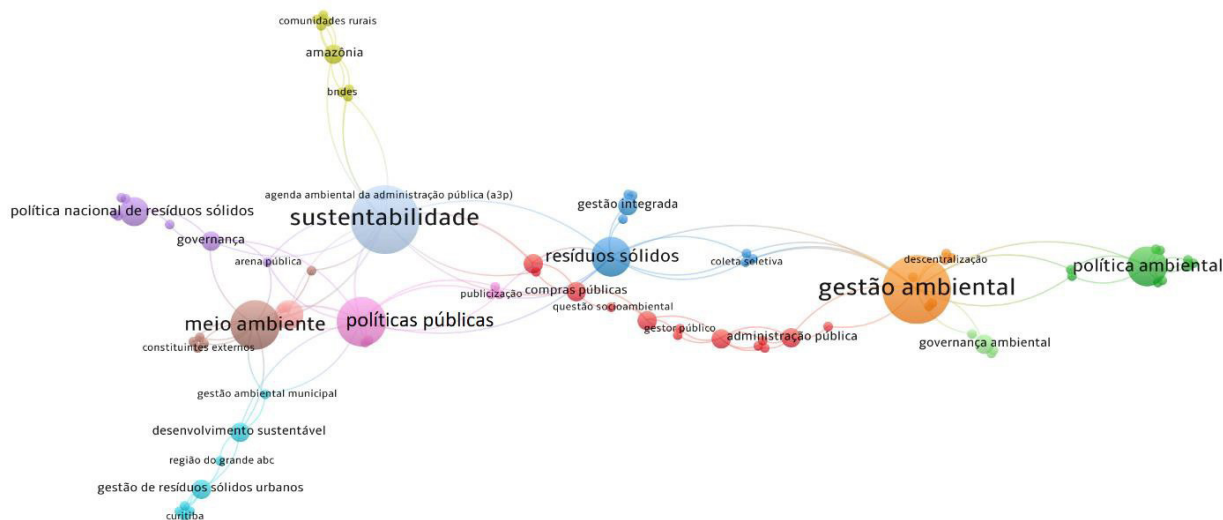
Em menor grau de periodicidade aparecem quatro artigos que tratam da Política Pública Ambiental puramente como um dispositivo legal (7,14%) e quatro categorizados em outros assuntos (7,14%), ou seja, assuntos mais dispersos, que não puderam ser agregados a um tema comum. Os artigos que versaram sobre as políticas públicas integralmente sob o aspecto legal foram classificados desta forma tendo em vista que, comumente, são estudos teóricos buscando a maior compreensão das leis ambientais ou de programas governamentais, geralmente a partir da análise do seu conteúdo (TEIXEIRA; AZEVEDO, 2013). Considerados como outros assuntos estão, por exemplo, aqueles artigos em que os autores se ocuparam em discutir teorias administrativas tendo como alicerce as leis ambientais nacionais (LUIZ et al., 2013).

Cabe reiterar que algumas teorias organizacionais serviram de amparo aos trabalhos analisados, como a Teoria da Agência, Teoria dos Stakeholders, Teoria Institucional, Nova Economia Institucional, entre outras (AUGUSTO; SOUZA; CARIO, 2014; BARBOSA et al., 2016; BORGES; DUTRA; SCHERER, 2014; CARDOSO; VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2015). Nesse ínterim, evidenciou-se que apesar de alguns autores utilizarem uma teoria como base, a maioria dos trabalhos não apresentou uma abordagem teórica. Grande parte dos trabalhos fizeram um resgate histórico sobre sustentabilidade ou políticas públicas na fundamentação teórica e não utilizaram uma teoria organizacional para sustentar a argumentação teórica-empírica.

Clima, uso e ocupação do solo também foram temas contemplados pelos artigos analisados nesta revisão, mesmo que em menor grau. A título de exemplo sobre clima, um dos artigos analisou a parceria entre Noruega e Alemanha, que visa mitigar as emissões de gases de efeito estufa, por meio da preservação da floresta Amazônica (MARCOVITCH; PINSKY, 2014). Os trabalhos que tratam do uso e conservação do solo (3,57%) preocuparam-se com as contradições entre as legislações urbanas e ambientais brasileiras e abordam o tema da qualidade ambiental urbana de forma aplicada, sendo um em Presidente Prudente – SP (HONDA et al., 2015) e outro em Fortaleza – CE (FREITAS, 2014).

Cabe afirmar ainda que duas investigações sobre indicadores de desempenho socioambiental também foram conduzidas, uma delas propõe um rol de indicadores para os órgãos públicos federais (LUIZ; PFITSCHER; ROSA, 2015) e a outra estuda os critérios avaliativos do Programa Verde-Azul na região do Grande ABC Paulista (OLIVEIRA; TRINDADE; PEREIRA, 2015).

Figura 3 – Rede de palavras-chave das publicações



Fonte: Elaborada pelos autores a partir do programa VOSviewer

Por fim, apresenta-se a rede formada pelas palavras-chave mais recorrentes nos artigos analisados sobre políticas públicas ambientais (Figura 3). Percebe-se que as mais recorrentes foram sustentabilidade e gestão ambiental, cada uma com sete ocorrências. Na sequência, presentes em cinco artigos cada, estão as palavras-chave meio ambiente e políticas públicas. Com quatro ocorrências as palavras resíduos sólidos e política ambiental figuram na terceira colocação. Com exceção dos resíduos sólidos, nota-se que, em geral, as palavras-chave mais recorrentes nos artigos são amplas e genéricas.

PERFIL METODOLÓGICO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS NACIONAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

Diante do objetivo de pesquisa exposto, faz-se importante detalhar os aspectos metodológicos dos estudos que compuseram a amostra do presente trabalho. Conforme apresentado na tabela 4, a maioria das obras possui um caráter teórico-empírico (73,21%), o que significa dizer que a maior parte destes se preocupa em não somente apanhar conceitos na literatura, como também em aplicar aquilo que está sendo estudado. Por se tratar de uma ciência social aplicada, espera-se que de fato, as pesquisas nesta área busquem um viés mais pragmático.

Quanto ao tipo de pesquisa, apenas 18 dos 56 artigos analisados informaram na seção metodológica se o trabalho era teórico ou teórico-empírico. Sendo assim, todos os outros 38 foram classificados pelos autores desta revisão. Essa tarefa de classificação ou reclassificação foi repetida pelos autores, quando possível, em todos os demais itens da dimensão metodológica.

Tabela 4 – Perfil metodológico das publicações

Tipo de Pesquisa	Nº	%
Teórico	15	26,79
Teórico-Empírico	41	73,21
Total	56	100,00

Natureza	Nº	%
Descritiva	50	89,29
Explicativa	1	1,79
Exploratória	3	5,36
Mista	2	3,57
Total	56	100,00

Abordagem	Nº	%
Qualitativa	40	71,43
Quantitativo	8	14,29
Misto	8	14,29
Total	56	100,00

Recorte	Nº	%
Transversal	39	69,64
Longitudinal	14	25,00
Misto	3	5,36
Total	56	100,00

Método	Nº	%
Estudo de caso	27	48,21
Pesquisa documental	21	37,50
Levantamento de opiniões/Survey	4	7,14
Múltiplo	4	7,14
Total	56	100,00

Instrumento	Nº	%
Questionário	5	8,93
Entrevista	2	3,57
Pesquisa documental – Sem instrumento	22	39,29
Múltiplos instrumentos	27	48,21
Total	56	100,00

Origem	Nº	%
Primária	13	23,21
Secundária	22	39,29
Mista	21	37,50
Total	56	100,00

Amostragem	Nº	%
Não probabilística	32	57,14
Probabilística	0	0,00
Censitária	2	3,57
Mista	0	0,00
Não informado	22	39,29
Total	56	100,00

Técnicas Analíticas	Nº	%
Análise de conteúdo	20	35,71
Análise do discurso	0	0,00
Estatística descritiva	3	5,36
Estatística inferencial	2	3,57
Combinações diversas	1	1,79
Estatística combinada	1	1,79
Outros	4	7,14
Não informado	25	44,64
Total	56	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores

Quanto à natureza dos trabalhos, a maioria (89,29%) foi classificada como descritiva, uma vez que procuravam descrever um fenômeno com base em variáveis já previamente estabelecidas na literatura. Os outros trabalhos foram exploratórios, explicativos e mistos, nesta ordem de frequência.

Da mesma forma, é importante considerar que somente 20 das 56 pesquisas expõem a natureza metodológica de suas pesquisas, ficando a cargo dos pesquisadores classificar os demais estudos.

Estudos puramente quantitativos não foram a abordagem preferida dos pesquisadores que publicam no Brasil sobre políticas públicas ambientais. Somente 14,29% dos trabalhos enquadram-se como integralmente quantitativos e outros 14,29% utilizam uma mescla de abordagem ao realizar estudos quali-quantitativos. Sendo assim, constatou-se que a maioria da amostra (71,43%), referem-se a estudos qualitativos. Além desta informação, descobriu-se que a classificação quanto à abordagem foi algo corriqueiro nos estudos analisados, tendo em vista que a maioria não precisou ser classificada ou reclassificada pelos autores.

No que concerne ao recorte temporal das pesquisas analisadas, evidencia-se que a maior parte dos estudos (69,64%) optou por um recorte transversal, ou seja, aquele que observa o fenômeno em um único ponto no tempo. Os outros 14 estudos optaram por fazer estudos cujo corte é longitudinal, pois acompanham a progressão das variáveis durante um dado período. Entretanto, cabe trazer luz ao fato que 8 dos 56 trabalhos (14,29%) abordam este tipo de classificação metodológica, sendo assim, todos os demais (48 artigos) foram classificados ou reclassificados, também quanto ao recorte temporal, pelos pesquisadores.

Com relação aos métodos de pesquisa que foram utilizados nos estudos selecionados há uma predominância dos estudos de caso e das pesquisas documentais, presentes em 27 e 21 artigos, respectivamente. Em menor grau, encontram-se os estudos que fizeram uso de levantamento de opiniões/survey (4 artigos) e àqueles de forma híbrida, mesclaram os métodos (4 artigos), ou seja, representando 7,14%, cada. Outra constatação relevante é o fato de que nenhuma pesquisa sobre política pública ambiental, publicada em periódicos nacionais nos estratos analisados, realizou uma pesquisa-ação ou um estudo etnográfico.

Os artigos também foram analisados do ponto de vista dos instrumentos manuseados para atingir seus respectivos objetivos. A maior parcela dos estudos (48,21%) empregou múltiplos instrumentos para a coleta de dados, seguido por pesquisas documentais que não utilizaram nenhum outro instrumento (39,29%). O uso do questionário foi percebido em cinco estudos e a exclusividade da entrevista foi identificada em somente dois estudos. Também compete afirmar que nenhum estudo componente da amostra da presente pesquisa fez uso exclusivo da observação ou de grupos focais. Por fim, alerta-se para o fato que 80,36% dos estudos fazem questão de elencar os instrumentos de pesquisa, o que nos permite inferir que os autores de artigos em políticas públicas ambientais, dedicam a seção de procedimentos metodológicos para descrever as ferramentas utilizadas em suas respectivas pesquisas científicas.

Sobre a origem dos dados, praticamente não se observa diferença entre os dados secundários (39,29%) e os mistos (37,50%). Trabalhos que coletaram dados primários representam 23,21% e normalmente estão ligados aos que fazem uso de múltiplos instrumentos.

A técnica utilizada para definir amostra, na maioria dos artigos analisados foi classificada como não probabilística (57,14%). Em seguida, com 39,29%, estão os trabalhos que os autores não informaram a escolha metodológica na amostragem. Os 3,57% restantes, foram estudos que optaram pela forma censitária de definição amostral. Vale ressaltar que apenas 35,71% dos trabalhos informavam o tipo de amostragem.

A fim de concluir a apresentação dos aspectos metodológicos das pesquisas escolhidas, anuncia-se as técnicas analíticas predominantes nos artigos analisados. Ainda que em sua maioria esse assunto não tenha sido informado no corpo do artigo (44,64% simplesmente não informou) incumbe citar que 35,71% da amostra se serviram da análise de conteúdo para refletir sobre seus resultados de pesquisa. Em menor grau, os métodos estatísticos também se fizeram presentes: estatística descritiva (três artigos), estatística inferencial (dois artigos) e estatística combinada (um único artigo).

Em suma, constata-se o baixo grau de descrição metodológica nos trabalhos analisados, uma vez que todos os 56 trabalhos continham pelo menos um dos atributos que precisaram ser classificados ou reclassificados pelos pesquisadores. Diferenças também puderam ser observadas entre os periódicos. De fato, quanto mais elevado o Qualis-Periódicos da revista, mais completa estava a seção de procedimentos metodológicos, o que nos permite inferir que o rigor metodológico foi maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo identificar o perfil das produções científicas nacionais sobre políticas públicas ambientais em periódicos da área de administração classificados pelo Qualis- Periódicos de A1 a B2, no período de 2013 a 2017. A análise de resultados foi dividida em três perfis: demográfico, temático e metodológico.

Os resultados apontam para uma dedução alarmante: o tema de políticas públicas ambientais, apesar de ter evoluído, foi pouco abordado nas revistas científicas de administração. Afinal, somente 56 obras foram localizadas em uma pesquisa censitária, cujo universo foi de 8.077 artigos. O pico no número de publicações ocorreu no ano de 2015, centro do recorte temporal proposto, ou seja, a frequência apresenta queda desde então.

Os periódicos que mais contribuíram para a divulgação deste tema foram a Revista de Administração Pública (RAP) e a Revista Brasileira de Gestão Urbana (URBE), juntas responsáveis por 30,36% das publicações. Sobre o gênero dos autores que publicaram em periódicos nacionais na área de administração sobre o tema de políticas públicas ambientais, notou-se que não há uma diferença significativa. Ainda quanto aos autores, conclui-se também que em sua maioria, independentemente do gênero, já concluíram o curso de doutoramento.

Esses estudiosos estão ligados a 54 instituições e dessas, a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentaram o maior número de autores filiados. Quanto aos temas, os mais recorrentes em publicações nacionais sobre políticas públicas ambientais são: Resíduos Sólidos; Instrumentos Econômicos e Recursos Hídricos. Alguns aspectos influenciaram estes resultados, como o caráter recente de leis, decretos e normas nessas áreas, conforme abordado no texto da seção anterior, além do quadro explicativo e da rede de palavras.

Com relação ao perfil metodológico, constatou-se que normalmente se tratam de trabalhos do tipo teórico-empírico, descritivos, qualitativos, cujo recorte transversal foi o mais utilizado. Neste espaço amostral, grande parte foi classificada como estudos de caso que utilizaram múltiplos instrumentos para a coleta de dados e fizeram uso da análise de conteúdo para tratamento analítico. Cabe lembrar que nenhum dos artigos preencheu a todos os aspectos metodológicos que os pesquisadores consideraram relevantes e por isso, fez-se necessária a categorização metodológica das obras.

Portanto, por mais que o objetivo da presente pesquisa tenha sido alcançado, estudos futuros capazes de ampliar o espaço amostral ou aprofundar as discussões ainda são relevantes. Afinal, o Estado tem contribuído de forma incipiente para o desenvolvimento sustentável e cabe aos pesquisadores de administração colaborar para que o governo utilize produtivamente seu grande poder como comprador, regulador e gestor de recursos naturais.

Este artigo contribui ao mapear as principais publicações sobre políticas públicas ambientais, considerando o período de 2013 a 2017 em periódicos nacionais na área de Administração, o que pode ser útil para pesquisadores e gestores interessados na agenda ambiental. Ademais, com a análise dos artigos foram apontadas lacunas que podem ser desenvolvidas em estudos futuros, como um arcabouço teórico mais consistente, a descrição precisa dos procedimentos metodológicos adotados, novas abordagens qualitativas e quantitativas para análise do tema, como levantamento de opiniões/survey, pesquisa-ação e estudo etnográfico.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, M. A. C.; SILVA, E. V. DA; LOPES, A. M. D. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência do Poder Executivo federal. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 1, p. 207–235, 2014.

AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P. DE; CARIO, S. A. F. Estruturas de governança e capacidade de resposta às leis ambientais: um estudo em destilarias no Estado do Paraná. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 4, p. 417–434, 2014.

BARBIERI, J. C. et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, 2010.

BARBOSA, E. M. et al. Estudo da Política e da Gestão de Recursos Hídricos na Sub-Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe, PB, em suas Dimensões Jurídico Institucional e Ambiental. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 6, n. 3, p. 71–88, 2016.

BORGES, D. E.; DUTRA, L. C.; SCHERER, F. L. Meio ambiente e estratégia: um estudo multicaso no Setor Vitivinícola da Região Central do Rio Grande do Sul sob a perspectiva da teoria institucional. **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, n. 0, p. 40–54, 2014.

BORINELLI, B.; GUANDALINI, N. N.; BACCARO, T. A. Os gastos ambientais dos estados brasileiros: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 4, p. 807–834, 2016.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. . 1981.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. . 1988.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Qualis-Periódicos** Brasília, 2016.

CARDOSO, S. L. C.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. DE A. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 1, p. 74–90, 2015.

CERQUEIRA, L. S. et al. Produção Científica em Gestão de Recursos Hídricos no Brasil no período de 2002 a 2011: uma análise da sua contribuição para o setor. **Revista Gestão e Planejamento**, v. 17, n. 2, p. 233–251, 2016.

COSTA, B. A. DA et al. Contratações Públicas Sustentáveis: Práticas E Influências Na Gestão Municipal. **Revista de Administração FACES**, v. 16, n. 2, p. 60–76, 2017.

DANTAS, M. K. et al. Análise dos Gastos Públicos com Gestão Ambiental no Brasil. **Revista de Gestao Social e Ambiental**, v. 8, n. 3, p. 52–68, 2014.

DOMINGOS, D. DE C.; BOEIRA, S. L. Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos Domiciliares: Análise do Atual Cenário no Município de Florianópolis. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 14–30, 2015.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. [s.l: s.n.].

ESPADA, A. L. V.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável de floresta na Amazônia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 4, p. 169–177, 2015.

FREITAS, C. F. S. Ilegalidade e degradação em Fortaleza: os riscos do conflito entre a agenda urbana e ambiental brasileira. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 1, p. 109–125, 2014. FREITAS, J. S.; RIVAS, A. F. Unidades de conservação promovem pobreza e estimulam agressão à natureza na amazônia. **Revista de Gestao Social e Ambiental**, v. 8, n. 3, p. 18–34, 2014.

GOMES, M. H. S. C. et al. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Perspectivas de Cumprimento da Lei 12.305/2010 pelos municípios brasileiros, municípios paulistas e municípios da região do ABC. **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, n. 0, p. 93–110, 2014.

GUARDABASSIO, E. V.; PEREIRA, R. S. Gestão pública de resíduos sólidos urbanos na região do grande ABC. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 93, p. 127–143, 2015.

HONDA, S. C. DE A. L. et al. Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 1, p. 62–73, 2015.

LUIZ, L. C. et al. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 54–62, 2013.

LUIZ, L. C.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. DA. Plano De Gestão De Logística Sustentável: Proposição De Ações E Indicadores Socioambientais Para Avaliar O Desempenho Nos Órgãos Públicos Federais. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, n. 0, p. 08–27, 2015.

MARCOVITCH, J.; PINSKY, V. C. Amazon Fund: financing deforestation avoidance. **Revista de Administração**, v. 49, n. 2, p. 280–290, 2014.

MATTEI, L. F.; MEIRELLES NETO, J. O ICMS Ecológico como Instrumento de Política Ambiental: evidências a partir do Estado de Mato Grosso. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 43, p. 86–98, 2015.

MENESES, P. P. M. et al. A produção científica Brasileira sobre a gestão de recursos humanos entre 2001 e 2010. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 4, p. 110–134, 2014.

MOURA, A. S. DE. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Socioambiental: incentivos institucionais e legislação ambiental no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 165–187, 2015.

OLIVEIRA, B. C. S. C. M.; SANTOS, L. M. L. DOS. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 189–206, 2015. OLIVEIRA, E. C.; TRINDADE, F. H.; PEREIRA, R. DA S. Políticas Públicas Indutoras do Desenvolvimento Sustentável Local: Um Estudo Sobre o Programa Município VerdeAzul na Região do Grande ABC. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 3, p. 109–119, 2015.

PERES, R. B.; SILVA, R. S. DA. Interfaces da gestão ambiental urbana e gestão regional: análise da relação entre Planos Diretores Municipais e Planos de Bacia Hidrográfica. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, n. 2, p. 13–25, 2013.

SOUZA, M. T. S. DE; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade Ambiental: uma Meta-análise da Produção Brasileira em Periódicos de Administração Environmental. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 3, p. 368–396, 2013.

TEIXEIRA, M. G. C.; AZEVEDO, L. P. A agenda ambiental pública: barreiras para a articulação entre critérios de sustentabilidade e as novas diretrizes da administração pública federal brasileira. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 19, n. 1, p. 139–164, 2013.

VASCONCELLOS, A. M. DE A.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Institutional Development for Good Governance: the role of intermediary NGOs in Pará state, Amazonia. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 3, p. 793–815, 2015.